

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO ESCOLAR EM FOCO: UMA ANÁLISE SOBRE AS PESQUISAS BRASILEIRAS (2001-2011)

Estela Inês Leite Tosta – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Claudio Roberto Baptista – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

RESUMO

Este artigo apresenta uma análise da produção científica relacionada aos processos de implementação de políticas públicas de inclusão escolar. A partir do descritor *Políticas de inclusão escolar* buscou-se identificar pesquisas e artigos desenvolvidos no Brasil no período compreendido entre 2001 e 2011. A análise é orientada pelas questões: como tem se constituído o conhecimento acerca do avanço de uma política nacional que reafirma a inclusão como diretriz para a escola brasileira? Quais são os eixos analíticos prioritários presentes nesses estudos? Quais são os desdobramentos em termos de proposição de serviços educacionais dirigidos aos alunos da educação especial? Ao produzir uma leitura reflexiva de um campo temático, o texto identifica tendências e relações entre uma diretriz para a política pública brasileira associada à educação especial e o trabalho de investigação. Pode-se afirmar que: existe um incremento das pesquisas sobre esse tema ao longo do período analisado; persistem lacunas quanto à sistematização de dados sobre alunos e serviços; intensificam-se as análises sobre alternativas pedagógicas valorizadoras do ensino comum como espaço para os alunos da educação especial.

PALAVRAS-CHAVE

Educação especial; Políticas públicas; Inclusão escolar.

PUBLIC POLICIES OF EDUCATIONAL INCLUSION IN FOCUS: AN ANALYSIS ON THE BRAZILIAN RESEARCHES (2001-2011)**ABSTRACT**

This article presents an analysis of the scientific production related to the processes of implementation of educational inclusion public policies. The descriptor Policies of educational inclusion was used to identify researches and articles developed in Brazil from 2001 to 2011. This analysis is guided by the following questions: how the knowledge about the advancement of a national policy that reaffirms inclusion as a guideline for Brazilian schools has been constituted? Which main analytical axes are present in these studies? What are the developments in terms of propositions of educational services aimed at special education students? Through a reflective reading of a subject field, the text identifies trends and relationships between a guideline for the Brazilian special education public policy and the work of researchers. It is possible to affirm that: the number of researches about this theme has increased throughout the analyzed period; there are still gaps when it comes to the systematization of data about students and services; the analysis about pedagogic alternatives that value the regular school as a place for students with special needs have intensified.

KEY-WORDS

Special education; public policies; educational inclusion

1. INTRODUÇÃO

Abordar as políticas de inclusão escolar exige que nos ocupemos da Educação Especial concebida como um campo de conhecimentos e práticas relativos às pessoas com deficiências ou desvantagens, pois tais processos de inclusão têm como objetivo a garantia da escolarização dessas pessoas em ambientes de ensino comum. A Educação Especial, ao longo da história, tem ocupado uma posição secundária no que se refere aos investimentos por parte do poder público. Apesar disso, observa-se que, em sintonia com fortalecimento de proposições de garantia da escolarização obrigatória, esta área de conhecimento ou modalidade de educação vem ganhando posição de destaque no cenário da política educacional brasileira.

Nas duas últimas décadas têm ocorrido mudanças no plano normativo acerca da educação que, no caso brasileiro, expressam-se em modo evidente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. Para a Educação Especial, tais mudanças têm a configuração de reafirmá-la como transversal ao ensino oferecido em todos os níveis e modalidades educacionais, evitando a manutenção de um sistema paralelo de escolarização dos alunos com deficiência¹, assim como a instituição de serviços que possam dar suporte aos processos de inclusão. Os anos subsequentes a 2000 foram marcados por uma sucessão de dispositivos normativos que reafirmam essas diretrizes, como a Resolução 02/2001 CNE/CEB (BRASIL, 2001) e a Resolução 04/2009 do CNE/CEB (BRASIL, 2009). Após 2003, houve um incremento na instituição de programas no sentido de ampliar o acesso à educação, garantir a permanência e as condições de aprendizagem aos alunos com deficiência, aspectos que têm concorrido para mostrar que a Educação Especial tem sido fortemente associada a uma política nacional que tem a inclusão como diretriz, inaugurando novas dinâmicas de gestão que organizam as relações entre os entes federados e conferindo grande responsabilidade ao poder local – municípios – na execução de políticas que estejam em sintonia com as diretrizes nacionais. Paralelamente, é possível identificar que, a partir da década iniciada em 2000, operou-se um aumento expressivo nas produções científicas

¹ No presente texto utilizaremos, toda vez que nos reportarmos aos alunos da Educação Especial, a nomenclatura “aluno com deficiência”, conforme previsto na *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* de 2008.

vinculadas à Educação Especial. O que mostram essas produções? Como tem se constituído o conhecimento acerca do avanço de uma política nacional que reafirma a inclusão como diretriz para a escola brasileira? Quais são os eixos analíticos prioritários presentes nesses estudos? Quais são os desdobramentos em termos de proposição de serviços educacionais dirigidos aos alunos da educação especial? Estas são as questões que organizam nossa análise ao longo do presente texto.

Preliminarmente, podemos afirmar que a análise dessa produção coloca em evidência um conjunto de trabalhos que engloba diferentes aspectos da política educacional, como, por exemplo: a implementação de políticas e programas de educação inclusiva, os processos de formação inicial e continuada de docentes; a ampliação dos serviços de atendimento; políticas de educação inclusiva em contextos escolares; propostas de governo ou de Secretarias de Educação; implementação de serviços de apoio à Educação Especial; e, ainda, abordagens envolvendo práticas pedagógicas e processos de intervenção com alunos com deficiência. Nosso interesse, ao destacar esse amplo universo temático é, ainda, mostrar que nosso contexto institucional – Núcleo de Estudos em Políticas de Inclusão Escolar – UFRGS – tem contribuído com essa produção a partir de estudos² que têm o Estado do Rio Grande do Sul como lócus prioritário, a partir da análise de políticas de inclusão escolar desenvolvidas em seus municípios. Este é o objeto de investigação de um amplo projeto de pesquisa³ desenvolvido por este Núcleo e vinculado ao Programa de Apoio à Educação Especial (PROESP-CAPES, 2009-2013).

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para os fins do levantamento das pesquisas que integram a presente análise realizou-se um estudo exploratório relativo aos processos de implementação de políticas públicas de Educação Especial/Inclusão escolar, levando em consideração as produções constituídas de artigos, teses e dissertações, desenvolvidas no Brasil, no período compreendido entre 2001 a 2011. Tomando como base o descritor *Políticas de inclusão escolar*, a consulta foi realizada

² Inserem-se nas atividades do grupo de pesquisa os trabalhos de Tezzari (2002), Santos Jr. (2002), Viegas (2005), Brizolla (2007).

³ *Políticas de educação especial e inclusão escolar: Sujeitos, práticas pedagógicas e serviços.*

em três bancos de informação: o Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); o sítio da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial (ABPEE) por meio dos artigos publicados no periódico vinculado à associação – Revista Brasileira de Educação Especial; e o Banco de textos da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED, por intermédio dos trabalhos apresentados no Grupo de Trabalho da Educação Especial – GT 15. Trata-se de espaços diferentes, mas complementares, pois envolvem a produção acadêmica produzida pelos programas de pós-graduação das universidades brasileiras.

O *site* da CAPES concentra essa produção vinculada às teses de doutorado e às dissertações de mestrado, apresentando os resumos e, com relação aos trabalhos publicados depois de 2006, os textos integrais. Os sítios da RBEE e da ANPED dão visibilidade aos artigos que foram submetidos à avaliação nessas instâncias de divulgação. O conjunto desses trabalhos não diz respeito à totalidade da produção brasileira, mas às produções que assumiram a configuração de síntese que apresenta as pesquisas no formato desse artigo. Em ambos os casos – RBEE e ANPED -, há uma estreita relação com as produções decorrentes de pesquisas desenvolvidas nos programas de pós-graduação e nossa escolha desses espaços se deve ao fato de os considerarmos aqueles mais qualificados para a produção acadêmica da educação especial.

Com relação ao banco de teses e dissertações foram encontrados 542 trabalhos desenvolvidos entre os anos de 2001 a 2011, sendo que 405 concentram-se em estudos de Mestrado e 137 em estudos de Doutorado. Para a análise dos trabalhos, inicialmente, privilegiou-se os seguintes itens: o tema tratado, o título e o ano do trabalho, palavras-chave, o nome do autor, a universidade de origem, o nome do orientador, se a pesquisa era de mestrado ou doutorado e a leitura dos resumos. Após esse mapeamento foram escolhidas dezoito produções (15 de Mestrado e 03 de Doutorado) pelo fato de versarem, especificamente, sobre processos de implementação de políticas de educação especial/inclusão escolar.

No que se refere à RBEE o trabalho consistiu, primeiramente, em realizar o mapeamento de todos os volumes, averiguando o ano e número da publicação. Tal busca resultou na localização de 31 revistas que, juntas, totalizaram um conjunto de 275 artigos. O

passo seguinte consistiu em verificar o título, identificar os autores e se os objetivos do estudo se aproximavam do interesse de investigação. Com relação às produções disponíveis no Banco de textos da ANPEd-GT 15, em um primeiro momento, verificou-se o ano em que os trabalhos foram apresentados, o título e o autor e a universidade de origem. Após essa fase passou-se à leitura na íntegra dos trabalhos. Em ambos os casos -RBEE e ANPEd-, foram selecionados cinco artigos, pelo fato de abordarem processos de implementação de programas e/ou políticas de inclusão escolar.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO ESCOLAR: OS TRABALHOS ANALISADOS

No que se refere, em específico, aos processos de implementação de políticas públicas, observa-se que grande parte dos trabalhos centra-se em propostas vinculadas às redes municipais⁴ de ensino, seus projetos, formas de atendimento e serviços de apoio. Já com relação às políticas de educação especial /inclusão escolar em redes estaduais de ensino, a produção é relativamente pequena, destacando-se, nesse conjunto de pesquisas, os estudos de Mattos (2005), Bites (2005); Viegas (2005) e Almeida (2005); Paula (2007); Souza (2008); e Florido (2009). Merecem, ainda, atenção os trabalhos de Coelho (2003); Santiago (2003); Santos (2004) e Siqueira (2009) os quais, fornecem subsídios e possibilitam uma reflexão acerca da educação inclusiva como direito das pessoas com deficiências e dever do estado; problematizam o significado da inclusão escolar em documentos normativos; e a maneira como as tendências, os princípios, diretrizes, normas e recomendações advindas de acordos, declarações e tratados internacionais se expressam nas políticas locais e influenciam a legislação brasileira, refletindo-se em programas e documentos do Ministério da Educação, na área da educação de alunos com deficiência.

O trabalho de Santos Jr. (2002) apresentou uma discussão acerca dos processos de estabelecimento de Políticas de Educação Especial na Rede Municipal de Ensino (RME) de

⁴ Composto esse grupo de pesquisas destacamos: Tezzari (2002); Santos Jr. (2002) e Fonseca (2002); Ogura (2002); Menezes (2003); Cardoso (2005); Kamimura (2006); Buccio (2007) e Brizolla (2007); Pasolini (2008), Carvalho (2008) e Gonçalves (2008); Fernandes (2009), Lima (2009) e Nunes (2009); Lago (2010) e Bernardo (2010).

Porto Alegre-RS. O autor analisou as mudanças ocorridas na Educação Especial mediante o avanço do paradigma da inclusão, destacando os elementos caracterizadores de quatro períodos consecutivos da gestão da Educação Especial no município. Três “eixos organizadores” foram considerados para o desenvolvimento da análise dos processos de implementação da política: organização do ensino, formação de professores e serviços de apoio. No mesmo sentido, Bernardo (2010) deteve-se a investigar as políticas públicas de educação especial/educação inclusiva em um município do Estado do Espírito Santo, dirigindo o foco de sua análise para os contextos onde se deram as fases de elaboração e de implementação das políticas públicas de educação especial.

Mattos (2005) estudou o *Programa de Apoio à Educação para a Diversidade (PAED)*, desenvolvido pela Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais. A autora procurou compreender de que modo esse Programa concebia o paradigma da inclusão e como as unidades escolares interpretavam o desenvolvimento da proposta de educação para todos. A autora chegou à conclusão de que os programas desenvolvidos ainda se pautavam na concepção de um padrão de normalidade. Em consequência disso, emergem questionamentos acerca do processo complexo que envolve as mudanças em termos de pressupostos organizadores de uma ação pública, como a educação.

O estudo de Viegas (2005), por sua vez, teve o intuito de identificar os pressupostos educacionais que pautaram as políticas públicas para a Educação Especial no Estado do Rio Grande do Sul no período de 1988 a 2002. Nessa pesquisa, por meio de estimativas de demanda, de oferta e mediante a análise dos documentos orientadores divulgados pelos órgãos estaduais responsáveis, a autora buscou as relações existentes entre os dados estatísticos e as políticas públicas divulgadas pelos órgãos oficiais. Algumas das reflexões possíveis decorrentes desse trabalho dizem respeito à precariedade dos dados quando consideramos os sujeitos alvo da educação especial e os serviços educacionais em sua singularidade, constituição e detalhamento. Essa precariedade pode ser considerada um elemento estrutural da política para a área, pois dificulta o planejamento da ação pública e contribui para que a oferta dos serviços seja feita por organizações não governamentais que assumiram historicamente a condição de ‘parceiros complementares’ do Estado na oferta desses serviços.

Cinco trabalhos – mencionados a seguir – fazem referência à análise de implementação de programas associados à inclusão escolar em diferentes regiões do Brasil. A dissertação de Kamimura (2006) discute o Programa Estadual para a Diversidade numa Perspectiva Inclusiva desenvolvido no contexto de um município do Estado de Goiás. A pesquisa dessa autora teve como objetivo identificar as racionalidades da política estadual de inclusão em Goiás, mediante a análise das percepções dos sujeitos (professores, gestores e membros da equipe de apoio à inclusão) acerca da implementação do referido programa. A autora destaca a existência de paradoxos entre as diretrizes do programa e a manutenção de lógicas excludentes na implementação de serviços. Brizolla (2007) faz um estudo das políticas públicas de inclusão escolar no Rio Grande do Sul, por meio do acompanhamento da implementação do Programa “Educação Inclusiva: direito à diversidade⁵” em dez municípios-polo. O estudo de Brizolla (2007) sinalizou que o estado abarca diferentes interpretações acerca da Educação Especial e apesar de os municípios assumirem diferentes formas de organização em seus sistemas de ensino, compartilham o entendimento de que essa modalidade constitui-se como um elemento fundamental ao processo de inclusão escolar.

Em sua pesquisa de doutorado, Lima (2009) dedicou-se a analisar a implementação do mesmo Programa acima mencionado no município-polo de Campina Grande-PB, dirigindo o foco a apenas um dos municípios de sua abrangência (Puxinanã). Essa autora problematiza as concepções de inclusão escolar, diversidade, currículo, descentralização e formação subjacentes nos documentos elaborados pelos órgãos oficiais (MEC/SEESP e Município-polo) e como estas concepções se materializam em instituições públicas de Ensino Fundamental. A pesquisa revelou posicionamentos que alertam para a necessidade de ações articuladas e maior atenção à singularidade da demanda associada à formação dos professores envolvidos nos processos de inclusão escolar.

Os trabalhos de Nunes (2009) e Gonçalves (2008) abordam a implementação de políticas em municípios do Estado do Espírito Santo - Conceição da Barra e Cariacica,

⁵ Em 2003 o Ministério da Educação lançou o Programa Educação inclusiva: direito à diversidade, com o objetivo de prover todos os sistemas educacionais de condições para garantir a todos os alunos o “acesso à escolarização, à oferta do atendimento educacional especializado e à garantia de acessibilidade” (BRASIL, 2010, p. 14). Tal programa foi elaborado com vistas a disseminar a política de educação inclusiva nos municípios brasileiros e apoiar a formação de gestores e educadores para efetivar a transformação dos sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos.

respectivamente. Nunes (2009) problematizou o processo de evolução das políticas de inclusão de alunos com deficiência no que se refere à gestão de implementação dos serviços de apoio, formação continuada dos docentes, ações e estratégias adotadas nas políticas de inclusão escolar, com o objetivo de compreender as concepções de inclusão escolar e de sujeitos com necessidades especiais, que perpassam essas ações e serviços. Gonçalves (2008) investigou a implementação da política de inclusão escolar dando ênfase às políticas públicas, à formação continuada e às práticas educativas e organizativas na escola. Tendo como princípio basilar a ação conjunta do “pesquisador coletivo” (pesquisador e grupo pesquisado) com a finalidade de transformar a realidade investigada, a autora apoia-se nos pressupostos da pesquisa-ação visto que esta modalidade de pesquisa possibilita a participação e mediação no contexto de estudo. A pesquisa elegeu três eixos investigativos: a participação na formação continuada organizada pelo Setor de Educação Inclusiva da Secretaria Municipal, a mediação no interior das escolas que recebiam alunos com deficiência, em uma ação conjunta com os professores de apoio e a produção de conhecimento do pesquisador coletivo, materializado na divulgação das práticas, nas trocas de experiências e na participação em eventos científicos.

Com relação às produções publicadas na RBEE e no Banco de textos da ANPED, conforme já mencionado, optou-se por selecionar artigos que salientassem aspectos referentes às análises de percursos e processos de implementação de políticas públicas de educação especial/inclusão escolar e que problematizassem questões relacionadas às ações e práticas desenvolvidas nesses processos. No que se refere à RBEE, ressalta-se que todos os trabalhos têm em comum a análise de referenciais normativos e documentos que orientam a política educacional nos contextos investigados.

Partindo para uma análise mais específica dos artigos identificados, nesse conjunto de trabalhos, destacou-se o artigo de Bueno et al. (2005). No artigo, os autores realizaram um estudo comparado das normas das diferentes regiões e estados brasileiros para ver como esses contextos discutem a política de inclusão/educação especial. Partindo dos fundamentos da Política de Educação Especial e de documentos que normatizam as políticas estaduais. Os documentos de referência tomados para a análise foram os pareceres dos Conselhos Estaduais e as normas ou instruções provenientes das Secretarias de Educação dos estados envolvidos. Para realizar o mapeamento e analisar as semelhanças e diferenças regionais existentes, o foco

se voltou para elementos significativos dos documentos quanto a: bases legais; princípios e diretrizes; conceituação de educação especial; conceituação do alunado; níveis de ensino abrangidos; estrutura organizacional de atendimento; organização curricular e pedagógica; serviços de apoio; tipos de formação e requisitos para a docência; e educação profissional. As cinco regiões do país estiveram representadas, e foi possível observar que havia alterações normativas em curso na totalidade dos estados investigados. Tais alterações, apesar de evidenciarem diferenças, mostravam grande sintonia com as diretrizes nacionais expressas na Resolução 02/2001 CNE/CEB, indicando a inclusão escolar como prioridade. É importante mencionar que, em 2001, essas diretrizes ainda faziam referência aos serviços exclusivos – classes especiais e escolas especiais – como uma alternativa para alguns sujeitos e concebidas como transitórias. A política brasileira, no que se refere aos dispositivos legais, apresenta grandes mudanças, deixando de fazer referência a esses espaços e reafirmando a ação da educação especial como complementar ou suplementar e não mais substitutiva à escolarização no ensino comum (BAPTISTA, 2011).

No que se refere a estudos que abordam políticas em redes estaduais, Matos (2007) realizou uma análise da política estadual de educação especial em Sergipe. O estudo indicou progressivas mudanças relativas ao plano normativo, com ênfase na perspectiva de favorecer a escolarização de alunos com deficiência no ensino comum. Além disso, identificou-se a existência de programas que poderiam incidir na reconfiguração de serviços educacionais do Estado, buscando sintonia com os parâmetros normativos. Apesar de evidenciar-se uma evolução da rede física e a expansão do índice de matrículas, este último foi mais acentuando na educação infantil e pouco significativo no ensino médio e na educação especial. Ainda com relação à política estadual, o autor sinaliza que permanecia uma defasagem entre os investimentos do governo federal e as iniciativas locais – do estado e dos municípios – na implementação de ações efetivas que estivessem em sintonia com tais diretrizes.

Bites (2003) e Almeida (2005) apresentaram elementos acerca da política de inclusão escolar implementada na rede pública de ensino do Estado de Goiás. O estudo de Bites (2003) evidenciou que a implementação da política educacional de inclusão ocorreu sem que as redes de ensino estivessem devidamente estruturadas para tal. Com relação aos recursos humanos constatou-se que os profissionais, mesmo tendo a titulação exigida para o trabalho, eram mal

remunerados e não foram preparados para realizar a inclusão escolar. Detectou-se também que as propostas não comportavam nenhuma relação com as peculiaridades do contexto local, além disso, parecia não haver envolvimento dos gestores e equipes de apoio com o trabalho docente.

Já o trabalho de Almeida (2005) tomou como referência o *Projeto Escola Inclusiva*, que tratava da política de inclusão escolar das pessoas com deficiência na rede de ensino. O estudo veio confirmar que, mesmo já tendo acontecido mudanças na política de inclusão, os alunos que apresentavam graves comprometimentos associados à deficiência continuavam a ser atendidos em escolas especiais, e mesmo nas escolas consideradas inclusivas, vigorava o conceito de aluno “padrão”.

Destaca-se também nesse grupo de trabalhos três artigos que enfocam o *Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade*: Caiado e Laplane (2008), Marins e Matsukura (2009) e Brizolla (2009). O trabalho de Brizolla (2009), resultante de sua tese de doutorado, faz alusão à matriz cognitiva⁶ como ferramenta de acompanhamento dos processos de implementação de políticas públicas de inclusão escolar. A autora sustenta que a matriz cognitiva possibilita a compreensão das políticas públicas como sistemas de interpretação do mundo, ou seja, os atores envolvidos participam, compreendem as transformações e as configurações assumidas pela política e entendem-na como um processo de aprendizagem. A matriz cognitiva foi o instrumento que auxiliou a autora no acompanhamento e avaliação das ações direcionadas à inclusão escolar de alunos com deficiência nos dez municípios-polo que investigou no Estado do Rio Grande do Sul.

Caiado e Laplane (2008), apresentam dados desse Programa em um município-polo, partindo das concepções e pontos de vista das gestoras que participaram do processo de implementação. Os principais elementos evidenciados pelas pesquisadoras dizem respeito à abrangência; às concepções teóricas e metodológicas do Programa; às divergências com relação à concepção de inclusão por parte dos municípios participantes e quanto ao local de oferecimento do atendimento educacional. Por meio dessa pesquisa foi possível identificar

⁶ Maiores informações podem ser encontradas em Brizolla (2007).

que, mesmo com a rede pública sendo responsável, oficialmente, pela formação dos profissionais da educação e pela implementação de ações inclusivas nas redes de ensino, as instituições especializadas ainda continuavam sendo as responsáveis pela maioria dos atendimentos (CAIADO e LAPLANE, 2008, p. 13).

Marins e Matsukura (2009), por sua vez, apresentam resultados de uma pesquisa realizada em seis municípios-polo do Estado de São Paulo, vinculados ao Programa mencionado. O objetivo foi identificar, a partir da percepção dos gestores da área de educação especial, quais foram as ações implementadas a partir das diretrizes nacionais para a educação inclusiva no Brasil, considerando que tais diretrizes propunham, além da garantia de acesso, a permanência e a qualidade da educação para os alunos com deficiência no ensino regular. O estudo mostrou que mesmo diante das ações implementadas não havia um levantamento total da demanda, e o número de alunos atendidos era reduzido. Outro aspecto levantado pelas autoras diz respeito à falta de envolvimento da esfera estadual quanto ao desenvolvimento de ações para a educação Especial.

Em seu artigo, Kassar (2011) explora o papel que o governo brasileiro vem desempenhando na educação das pessoas com deficiência, traçando um percurso histórico das ações empreendidas a partir de propostas e de textos constantes em constituições, leis, decretos, dentre outros referenciais normativos publicados desde a década de 20. Referenciais que, segundo a autora, contribuem para o entendimento da formulação de uma política educacional brasileira de educação especial. A autora ressalta também as possíveis conexões entre as ações para a educação que se configuraram na política nacional e o que era previsto nos acordos, documentos ou propagado por organismos internacionais.

O artigo de Garcia (2006) não aborda, especificamente, o processo de implementação da política de educação especial, mas contribui com elementos importantes para compreendê-la. A partir da análise de um referencial normativo a autora buscou apreender os discursos e concepções que fundamentam as formas de organização do trabalho pedagógico nas políticas de educação especial. A pesquisadora aponta que ainda se mostram insuficientes as proposições inclusivas para a educação especial no Brasil, no sentido da superação das desigualdades educacionais evidenciando que, em grande medida, a preservação de princípios conservadores nos modos de compreender as relações sociais e a reprodução de propostas

internacionais asseguram formas subordinadas de organização do trabalho pedagógico na educação especial.

O trabalho de Glat, Pletsch e Fontes (2006) é fruto de uma pesquisa realizada na cidade do Rio de Janeiro. O Estudo teve como objetivos mapear a estrutura e a organização do atendimento aos alunos com deficiência matriculados na rede municipal de ensino; analisar o papel e as ações desempenhadas pela educação especial no processo de inclusão escolar do referido município. A opção por realizar a pesquisa no Rio de Janeiro se deu em virtude de três critérios: o número expressivo de alunos com deficiência; um percurso consolidado de políticas e ações na área da educação especial; um sistema educacional oferecia modalidades diferenciadas de atendimento educacional. Segundo essa pesquisa, evidenciou-se a existência de uma diversidade de formas de organização e de atendimentos oferecidos na rede municipal; que um expressivo número de alunos em situação de “inclusão escolar” não recebia qualquer espécie de suporte especializado; que os alunos que apresentavam um maior comprometimento associado à deficiência eram encaminhados para o ensino especial; que havia uma discordância entre o discurso oficial (com relação aos diagnósticos e encaminhamentos de alunos) e a prática dos profissionais de ensino da rede municipal.

4. CONSIDERAÇÕES

No presente texto foi apresentado um levantamento da produção científica relacionada aos processos de implementação de Políticas e Programas de inclusão escolar/educação especial no Brasil, no período de 2001 a 2011. Do mapeamento e análise das produções científicas disponíveis nos três bancos de informação referenciados foi possível elencar uma síntese do conhecimento acumulado no âmbito da inclusão escolar/educação especial. Pode-se verificar algumas recorrências temáticas, evocadas nas páginas iniciais, entre os estudos analisados e que a maioria dos trabalhos identificados refere-se a propostas implementadas em redes municipais de ensino.

Apesar de ter se registrado um grande contingente de pesquisas a respeito de políticas públicas de inclusão escolar, ao longo do período analisado, persistem lacunas quanto à sistematização de dados sobre alunos e serviços e ainda se observa certo desconhecimento

quanto aos processos de implementação de políticas públicas ou programas de educação especial, principalmente porque grande parte dos trabalhos consultados aponta resultados de pesquisas realizadas em estados ou municípios das regiões sul e sudeste, havendo poucas produções retratando processos de implementação de políticas ou programas de educação especial em outras regiões brasileiras.

Embora constatando que há diferenciações, nos contextos investigados, quanto ao desenho das políticas, estratégias de ação, proposição de objetivos e serviços implementados bem como em nível dos resultados esperados, os trabalhos analisados demonstram a intensa relação entre as políticas centrais e locais, e têm em comum a busca pela compreensão de qual é o “lugar” que a educação especial vem assumindo na construção de sistemas educacionais inclusivos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Dulce Barros de. **Da educação especial à educação inclusiva?** A proposta de “inclusão escolar” da rede estadual de Goiás no município de Goiânia. 2005. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/28/inicio.htm>>. Acesso em: 3 set. 2011.

BAPTISTA, Claudio Roberto. **Ação pedagógica e educação especial:** a sala de recursos como prioridade na oferta de serviços especializados. Revista Brasileira de Educação Especial. Marília, v 17, p. 59-76, Maio-Ago., 2011. Edição Especial.

BERNARDO, Rosane de Moraes. **Análise das políticas públicas de educação especial/inclusiva no município de Vila Velha no período de 2004/2008.** 2010. 188 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Espírito Santo, 2010.

BITES, Maria Francisca de Souza Carvalho. **A política de inclusão escolar:** dados de uma pesquisa. 2003, p. 1-19. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/26/inicio.htm>>. Acesso em: 3 set. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 4 de 2009.** Institui Diretrizes para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 4 de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

_____. **Participação dos professores na política educacional de inclusão em Goiás.** 2005. 253 p. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Metodista de Piracicaba, São Paulo, 2005.

BRIZOLLA, Francéli. **Políticas públicas de inclusão escolar:** negociação sem fim. 2007, 862 p. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

_____. **Implementação de políticas públicas de inclusão escolar:** a matriz cognitiva como ferramenta de acompanhamento do processo. 2009, p. 1-16. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/32ra/arquivos/trabalhos/GT15-5379--Int.pdf>>. Acesso em: 3 set. 2011.

BUCCIO, Maria Isabel da Silva Santos. **Políticas públicas de educação inclusiva:** a implementação em escolas públicas no município de Araucária – PR. 2007. 167 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Tuiuti do Paraná, 2007.

BUENO, José Geraldo Silveira et al. Políticas de Educação Especial no Brasil: Estudo comparado das normas das unidades da federação. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 11, n. 1, Jan.-Abr. Marília, 2005, p. 97-118.

CAIADO, Kátia Regina Moreno; LAPLANE, Adriana Lia Frizman de. **Programa Educação Inclusiva direito à diversidade:** uma análise a partir da visão de gestores de um município polo. 2008, p. 1-16. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/trabalho15.htm>>. Acesso em: 3 set. 2011.

CARDOSO, Marilene da Silva. **Educação inclusiva:** atendimento à diversidade como prática educativa na rede municipal de Guaíba. 2005, 293 p. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

CARVALHO, Lia Raquel Pereira de Souza. **Escolarização inclusiva de alunos com necessidades especiais:** um estudo de caso de um município paulista. 2008, 142, p. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho – Marília, 2008.

COELHO, Eunice Margaret. **A trajetória de construção de uma política pública:** limites e possibilidades de inclusão escolar. 2003. 187p. Dissertação (Mestrado em Educação). Fundação João Pinheiro (Escola De Governo) – Administração Pública, Minas Gerais, 2003.

FERNANDES, Ana Cláudia Rodrigues. **A Política Pública para a Educação Especial na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal:** retratos e perspectivas na cidade de Santa Maria. 2009. 146 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro Universitário Euro-Americano, Brasília, 2009.

FLORIDO, Telma Maria Aparecida Nogueira. **Políticas Públicas de Educação Especial na Rede de Ensino da Secretaria de Estado da Educação do Estado de São Paulo – o SAPE.**

2009, 100 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Cruzeiro do Sul, São Paulo, 2009.

FONSECA, Santuza Mônica de França Pereira da. **Testemunhos de professores sobre a integração/inclusão de alunos com necessidades educativas especiais**: um recorte da realidade de Natal/RN. 2002, 111 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Políticas para a educação especial e as formas organizativas do trabalho pedagógico. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Marília, v. 12, nº 3, Set.-Dez., 2006, p. 299-316.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise; FONTES, Rejane de Souza. **O papel da educação especial no processo de inclusão escolar**: a experiência da Rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro. 2006, p. 1-12. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/29portal.htm>>. Acesso em: 3 set. 2011.

GONÇALVES, Agda Felipe Silva. **As políticas públicas e a formação continuada de professores na implementação da inclusão escolar no município de Cariacica**. 2008. 355 p. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Espírito Santo, 2008.

KAMIMURA, Ana Lúcia Martins. **O programa estadual para a diversidade numa perspectiva inclusiva no município de Quirinópolis-GO**: Princípios, Ações e Percepções. 2006. 138 p. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Minas Gerais-MG, 2006.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Percursos da constituição de uma política brasileira de Educação Especial inclusiva. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Edição Especial. Marília, v. 17, maio-ago. 2011, p. 41-57. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/ce/revista>>.

LAGO, Danúcia Cardoso. **Reflexos da política nacional de inclusão escolar no Município-polo de Vitória da Conquista/Bahia**. 2010. 168 p. Dissertação (Mestrado em Educação Especial). Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2010.

LIMA, Niedja Maria Ferreira de. **Programa Educação Inclusiva**: direito à diversidade no Município-pólo de Campina Grande/PB – da política oficial à prática explicitada. 2009. 301 p. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, 2009.

MARINS, Simone Cristina Fanhani; MATSUKURA, Thelma Simões. Avaliação de políticas públicas: a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no Ensino Fundamental das cidades-pólo do Estado de São Paulo. **Rev. bras. educ. espec.** [online]. 2009, vol. 15, n. 1, p. 45-64.

MATOS, Dagoberto de. A política de Educação Especial no Estado de Sergipe (1979-2001). **Revista Brasileira de Educação Especial**. [online]. Marília, Jan.- abr., 2007, v. 13, n. 1, p. 77- 94.

MATTOS, Graciele Fernandes Ferreira. **A proposta de educação inclusiva da secretaria de estado da educação de Minas Gerais: o PAED em questão**. 2005. 261 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2005.

MENEZES, Maria Aparecida de. **Educação inclusiva – política de atendimento a alunos portadores de necessidades especiais – estudo de caso: sala de apoio pedagógico (SAP) da rede municipal de educação de São Paulo**. 2003. 180 p. Dissertação (Mestrado em Educação) –Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

NUNES, Isabel Matos. **Políticas de educação especial e inclusão escolar no município de Conceição da Barra-ES: um estudo de caso**. 2009.195 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Espírito Santo, 2009.

OGURA, Anália Fiorini. **Política Pública de inclusão escolar no estado do Paraná: e sua implementação no município de Cascavel-PR**. 2002. 119 p. Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, 2002.

PASOLINI, Marcella Simonetti Pasolini. **Análise do atendimento da educação especial no município de Colatina/ES: construindo um olhar na perspectiva inclusiva**. 2008. 116 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Espírito Santo, 2008.

PAULA, Cristiano Corrêa de. **Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais: as ações desenvolvidas no estado de Rondônia**. 2007. 133 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2007.

SANTIAGO, Sandra Alves da Silva. **Educação para todos: um estudo sobre a política de inclusão dos portadores de necessidades educacionais especiais no Brasil**.2003, 189 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

SANTOS, Cristiane da Silva Santos. **Políticas públicas de educação para alunos portadores de necessidades educativas especiais no ensino regular de MINAS GERAIS nos anos de 1990: inclusão ou exclusão educacional?** 2004. 138 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, 2004.

SANTOS JR., Francisco Dutra dos. **As políticas de educação especial na rede municipal de ensino de Porto Alegre: 1989 a 2000**. 2002. 182 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

SIQUEIRA, Ivana de Siqueira. **Políticas Públicas de Educação Inclusiva a Partir da LDB: Impacto dos Princípios e Diretrizes Internacionais**. 2009. 143 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Católica de Brasília – Educação, 2009.

SOUZA, Sandra Freitas de. **Políticas para a educação inclusiva:** formação de professores. 2008. 220 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2008.

TEZZARI, Mauren Lúcia. 2002. **A SIR chegou...** a sala de integração e recursos e a inclusão na rede municipal de ensino de Porto Alegre. 2002, 182 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

VIEGAS, Luciane Torezan. **Educação Especial no Rio Grande do Sul:** uma análise da oferta e das políticas educacionais no período de 1988 a 2002. 2005. 119 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

ESTELA INÊS LEITE TOSTA

Doutoranda em Educação na Linha de Pesquisa Educação e Processos Inclusivos do Programa de Pós Graduação em Educação (PPGEdu) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e integrante do Núcleo de Políticas de Inclusão Escolar – NEPIE. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Formação inicial em Pedagogia pela UFMT. Professora formadora do Centro de Formação e Atualização de Profissionais da Educação Básica (CEFAPRO/MT) na área de Educação Especial.

E-mail: teiatosta@hotmail.com

CLAUDIO ROBERTO BAPTISTA

Doutor em Educação pela Università degli Studi di Bologna- Itália. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Formação inicial em Psicologia pela Universidade de São Paulo (USP). Professor da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) da UFRGS. Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Inclusão Escolar – NEPIE da UFRGS (www.ufrgs.br/faced/pesquisa/nepie).

E-mail: batistacaronti@yahoo.com.br